

00072

APRESENTA	$C\tilde{\Lambda}\Omega$	DEE	MEND	AS
AFRESENIA	$\mathbf{C}\mathbf{A}\mathbf{U}$	DE E	MINITAL	AU

data 20/03/2007		proposicão  Medida Provisória nº 359, de 2007				
DEPUT	n° do prontuário 337					
1 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global		
Página 01/01		Parágrafo FEXTO / JUSTIFICAÇÃO	Inciso	alínea		
Dê-se ao § 1º do art. 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, modificado pelo art. 17 da Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, a seguinte redação:  "Art. 10.  § 1º Às aposentadorias e pensões concedidas antes do término do período mencionado na parte final do caput deste artigo aplica-se a GIFA no percentual máximo a que fizerem jus os servidores em atividade.						
"(NR)						

## **JUSTIFICAÇÃO**

Em decisão unânime, adotada no exame do Recurso Extraordinário 397.872-DF, o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que gratificações decorrentes do desempenho individual ou institucional são vantagens de caráter geral, donde se infere sua obrigatória extensão às pensões e aos proventos da inatividade. Em outra oportunidade (ADInMC 1835), o Pretório Excelso deixou assentado que não incide restrição constitucional a emendas parlamentares que tenham como propósito a preservação de tratamento paritário entre ativos, inativos e pensionistas, tendo em vista que a aplicação de um comando constitucional (a vedação às emendas parlamentares de que resultem aumentos de despesa) não afasta a subordinação do ordenamento jurídico a outro preceito igualmente inserido na Lei Maior (a paridade entre ativos, inativos e pensionistas). Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa. Cumpre-nos acrescentar de que a presente emenda nos foi sugerida pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)

ARNALDO FARIA DE SÁ DEPUTADO FEDERAL – SÃO PAULO VICE-LÍDER DO BLOCO